

Tribunal do Mundo

Quase coincidindo com o início da investigação da polícia de Belgrado sobre o extermínio de pessoas na província de Kosovo aparecidas dentro de caminhões frigoríficos retirados do rio Danúbio, o Tribunal Penal Internacional da ONU em Haia condenou a 46 anos de prisão o ex-general sérvio Radislav Krstic pela morte de 8 mil muçulmanos na cidade de Srebrenica em 1995.

Fecha-se assim o cerco em torno de criminosos responsabilizados por crimes contra a humanidade, em tribunais internacionais, fora portanto de seus países. O juiz em Haia olhou para o réu iugoslavo e falou: "O senhor é culpado de ter concordado com o plano de execução de massa de todos os homens na idade de combate. O senhor é culpado de genocídio."

Antes de Krstic, o Tribunal Penal Internacional abriu também em Haia o processo contra o ex-presidente iugoslavo Slobodan Milosevic. Toma forma a possibilidade de processar ou condenar por uma Justiça internacional os responsáveis por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e os genocidas. A acumulação recente de queixas contra líderes políticos de todas as origens, fora de seus países, mostra que a idéia progride.

A idéia, no entanto, não é nova. O projeto de jurisdição universal foi formulado pela primeira vez em 1919. Tentava-se inculpar Guilherme II, imperador da Alemanha, no fim da Primeira Guerra Mundial. Depois veio Nuremberg, e a condenação dos principais chefes do III Reich. Mas Milosevic é o primeiro chefe de Estado a responder por seus atos diante de juízes estrangeiros. Quando o Tribunal Penal Internacional foi criado em 1993, com a bênção dos EUA e

Direito Humano
dos países da Europa ocidental, a Iugoslávia já estava mergulhada nas guerras de independência e as violações do direito eram cometidas em grande escala.

Outra pedra angular deste tipo de julgamento foi o tribunal criado em 1994, pela ONU, para o genocídio em Ruanda (1 milhão de mortos). Até agora no entanto só foram realizados oito julgamentos, decepcionantes para uma despesa de 90 milhões de dólares. Tenta-se agora organizar processo semelhante para o Camboja a fim de apontar os responsáveis pelo assassinato de milhões de pessoas de 1970 a 1979. O Conselho de Segurança ainda não se pronunciou sobre este assunto.

Seriam dois pesos e duas medidas? A Justiça internacional estaria condenada a se submeter às relações de força políticas, a permanecer uma justiça de vencedores? O presidente da Federação Internacional dos Direitos do Homem, Patrick Baudoin, afirma: "O essencial é acabar com a impunidade, mesmo que o processo seja lento." Para ele, a comunidade internacional deu um grande passo ao aprovar a criação da Corte Penal Internacional, instância permanente cujo poder se estenderá a todos os países do mundo. Nada menos de 120 Estado subscreveram o ato de nascimento, em 1998, em Roma. Mas para que se torne realidade 60 países devem oficializar o projeto; há por enquanto 36 assinaturas; se tudo correr bem, o processo de ratificação talvez se torne realidade no fim de 2002.

O grande freio continua a ser o voto dos EUA, que não querem ouvir falar da Corte Penal Internacional por não suportar a idéia de que cidadãos americanos possam ser julgados no estrangeiro...